

Prazo para estabilização é ampliado

por Flora Holzman
de Brasília



Antônio Kandir

O governo está disposto a participar de um acordo de preços e salários que resulta em prefixação de reajustes mensais caso a iniciativa parta dos representantes do setor privado que integram a mesa de negociações para um entendimento nacional. Se acordado, as correções das tarifas públicas estariam incluídas.

Esta é, pelos menos, a visão do secretário de política econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, que, na entrevista concedida ao programa Crítica e Autocrítica neste último domingo, assegurou que "o governo acatará e consolidará iniciativa acertada no âmbito do entendimento nacional, sempre que os representantes dos agentes econômicos tenham condições de garantir a composição".

A liderança deste processo, contudo, não cabe ao governo, explicou Kandir, que insiste na necessidade de um acordo entre os diversos representantes dos agentes econômicos de modo a permitir um melhor alinhamento da sociedade ao plano de estabilização.

As dificuldades, no entanto, são muitas, conforme enumera o secretário de política econômica. É difícil conviver com uma inflação de 14%, e, este foi o ponto de resistência do crescimento dos preços neste mês a partir do choque do petróleo e do choque agrícola. Kandir acredita, no entanto, em um desaquecimento da demanda a partir do início de 1991, quando os novos governos estaduais e municipais "deverão estar mais alinhados ao programa de ajuste".

O secretário de Política Econômica ressaltou ainda que a intenção do governo não era obter um resultado no curto prazo, sacrificando uma política mais realista de reajuste de tarifas e preços públicos. Na prática, contudo, os choques exógenos pressionaram o índice e levaram a uma reindexação informal da economia, que não estava prevista, e poderá prorrogar o período de ajuste até meados de 1991, esclareceu.

Na avaliação do secretário ainda é prematuro fazer previsões mais exatas sobre o comportamento da in-

flação e dos agentes econômicos nos próximos dois meses. No entanto, é evidente, no discurso de Kandir, que o atraso no cronograma que previa a retomada do crescimento para o primeiro semestre do próximo ano depende muito do comportamento "cooperativo dos agentes", sem que o governo altere a política monetária. "Se a política monetária passar a ser passiva, neste momento, a inflação vai para 20%, 25% ou 40%", sublinhou.

Segundo ele, mesmo que a taxa de inflação se reduza, o "esforço monetário e fiscal vai continuar", até porque a política de estabilização "tem que estar absolutamente sob controle para permitir a reconversão dos cruzados novos retidos para cruzeiros", no final do próximo ano.

No que diz respeito à possibilidade de que a onda de concordatas se mantenha em linha sempre crescente por um período muito longo, provocando até mesmo o desaparecimento de alguns setores importantes da economia, Kandir admite que existam fortes pressões.

"O impacto do programa de ajuste pode ser catastrófico, principalmente se as empresas responsáveis pela geração de muitos empregos estiverem em dificuldades", reconheceu o secretário. "Não há, contudo, qualquer hipótese de que o governo venha a socorrer as empresas em dificuldades, públicas ou privadas, até porque isto colocaria em risco o plano como um todo."

Segundo Kandir, as autoridades da área econômica estão, no entanto, acompanhando a evolução do processo com certa preocupação. Tanto assim que o Ins-

tituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) já está realizando estudos para verificar o impacto do ajuste sobre as camadas mais pobres da população.

Sob a ótica das autoridades econômicas, porém, a implementação de programas que amenizem os problemas sociais está limitada à capacidade de financiamento do governo. "Na medida em que os recursos públicos forem destinados a medidas compensatórias, mais difícil e longo será o processo de ajustamento", insistiu Kandir.

SALÁRIOS E MARGENS

Sob a ótica das autoridades, as pressões para aumentos salariais só poderão ser satisfeitas através da redução das margens de lucro e aumento da produtividade. "A baixa produtividade e a margem de lucro alta provocam salários baixos e mais pressão para aumentos salariais", daí a necessidade de um entendimento, esclareceu.

POLÍTICA MONETÁRIA

Na entrevista o secretário também negou que o Banco Central tenha afluído a política monetária neste último mês para atender às necessidades de caixa do sistema financeiro. "Este movimento de expansão da base monetária deveu-se principalmente ao entendimento do governo de que a retirada de Cr\$ 900 milhões da economia de uma só vez seria de difícil assimilação. Por isso estendemos o prazo", esclareceu. Além disso, segundo Kandir, uma grande parcela deste movimento expansionista pode ser atribuída

a mudanças nas práticas salariais e à concessão de reajustes registrados em junho e julho.

DÍVIDA EXTERNA

De qualquer forma, Kandir assegura que o governo não vai abandonar os instrumentos de política monetária e fiscal, arriscando-se a "fazer inflação", ainda que existam pressões internas e externas (estas por parte dos credores). "Temos pressa em obter um acordo externo porque dele depende a retomada dos investimentos e o crescimento econômico, mas não vamos apressar o processo abrindo mão da nossa capacidade de gerar cruzeiros para aquisição de divisas", insistiu ele.